

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.268.697 - ES (2018/0069367-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : ILMA BARCELOS BRAGANCA
ADVOGADO : ALEXANDRE ZAMPROGNO - ES007364

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que não admitiu recurso especial fundado na alínea “a” do permissivo constitucional em desafio a acórdão assim ementado (e-STJ fl. 196):

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE INSALUBRE. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME CELETISTA. CONVERSÃO. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS. MANUTENÇÃO. RECURSO E REMESSA NÃO PROVIDOS.

- A jurisprudência da Suprema Corte e do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que o servidor público ex-celetista possui direito adquirido à contagem especial do tempo de serviço prestado sob condições insalubres, perigosas ou penosas, em período anterior à vigência da lei instituidora do regime estatutário. Precedentes.

- O documento acostado aos autos (PPP) atesta que a autora, durante o período de 01.01.1981 a 30.09.2000, laborou na função de auxiliar de serviços médicos e técnica de enfermagem, em contato com portadores de doenças infecciosas tais como meningite, tuberculose, pneumonias, infecções intestinais, HIV, hepatite B, executando ainda desinfecção, curativos e aplicações de injeção, atividade esta enquadrada como insalubre conforme item 1.3.2 do anexo do Decreto 53.831/64 e item 1.3.2 do anexo I do Decreto 83.080/79.

- Honorários devidamente fixados na forma do artigo 20, §0, do CPC.

- Recurso e remessa não providos.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 206/211).

No especial obstaculizado, o recorrente apontou preliminar de ofensa ao art. 535, II, do Código de Processo Civil/1973, por ausência de prestação jurisdicional, ante o não suprimimento de omissões apontadas em sede de embargos de declaração quanto a aspectos da contagem de tempo de serviço.

No mérito, apontou violação do 96, I, II e III, da Lei n. 8.213/1991, sustentando a impossibilidade de conversão de tempo de serviço quando a atividade era exercida em regime distinto, sendo vedada legalmente a contagem recíproca.

Alegou, ainda, afronta ao art. 58, § 1º, da Lei n. 8.213/1991, ao argumento de que "deve ser imposto como limite temporal da conversão do tempo de serviço até a edição do Decreto nº 2172, de 05/03/97, que ora se prequestiona, que passou a exigir a comprovação da exposição através de laudo técnico" (e-STJ fl. 222).

Transcorrido *in albis* o prazo para contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que

inexistiu negativa de prestação jurisdicional e que o julgado foi baseado em matéria pacificada nesta Corte, cuja alteração esbarra na Súmula 83 do STJ.

Na presente irresignação, o agravante sustenta que a omissão foi patente e que citou julgados favoráveis a sua tese, pleiteando o destrancamento de seu apelo especial.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

Feito tal esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo, motivo pelo qual passo a analisar o recurso especial.

Não merece acolhimento a pretensão de reforma do julgado por negativa de prestação jurisdicional, porquanto o acórdão impugnado apreciou fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, contudo, em sentido contrário à pretensão recursal, o que não se confunde com o vício apontado. A propósito: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 887.885/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/04/2018, DJe 26/04/2018.

Quanto ao mérito, verifico que o recurso especial merece prosperar em parte.

De início, não há violação do art. 58, § 1º, da Lei n. 8.213/1991, porquanto, como é cediço, até o advento da Lei n. 9.032/1995, era possível o reconhecimento do tempo de serviço especial com base no mero enquadramento da categoria profissional do trabalhador nos anexos dos decretos previdenciários.

A partir da aludida alteração legislativa ao art. 57 da Lei n. 8.213/1991, em 29/04/1995, passou a ser necessária a demonstração efetiva de exposição, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, a agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, por qualquer meio de prova, considerando-se suficiente, para tanto, a apresentação de formulário-padrão preenchido pela empresa, sem a exigência de embasamento em laudo técnico, ressalvados os agentes nocivos ruído, frio e calor.

Somente a contar de 06/03/1997, por ocasião da vigência do Decreto n. 2.172/97, que regulamentou as disposições introduzidas no art. 58 da Lei de Benefícios pela Medida Provisória n. 1.523/96 (convertida na Lei n. 9.528/97), passou-se a exigir, para efeito de reconhecimento de tempo de serviço especial, a comprovação da efetiva sujeição do segurado a agentes agressivos ou prejudiciais à sua integridade física por meio da apresentação de formulário-padrão, embasado em laudo técnico, ou de perícia

técnica.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE RECONHECE A EXPOSIÇÃO EFETIVA AO AGENTE DANOSO POR MEIO DE FORMULÁRIO-PADRÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. A Corte de origem foi expressa ao concluir que houve a comprovação do período, após 1995, trabalhado em condições especiais e também que após a vigência do Decreto 2.172/97, a partir de 06-03-1997, a norma passou a exigir, para fins de reconhecimento do tempo de serviço especial, a comprovação da efetiva sujeição do segurado a agentes agressivos por meio de formulário-padrão, embasado em laudo técnico, ou por meio de perícia.

2. Conforme se extrai de trecho do acórdão de origem, o período de 1º/4/1996 a 13/6/2005, laborado em condições especiais, foi devidamente comprovado por formulário DSS-8030. Assim, a alegação da autarquia de que tal formulário não preenche os requisitos porque faltou-lhe o embasamento de laudo técnico é questão eminentemente fática e não pode ser examinada por esta Corte, pois se o Tribunal de origem, tendo examinado a documentação constante dos autos, concluiu pela validade do formulário, mister afirmar que alegação contrária esbarra no óbice do enunciado da Súmula 7/STJ.

(...) Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 512.837/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe 27/06/2014).

Assim, como ressaltou o acórdão ora impugnado, houve comprovação, não apenas pelo enquadramento na categoria profissional (anterior a 1997), quanto pela efetiva comprovação da exposição da parte autora a agentes agressivos, como se depreende do seguinte excerto do julgado (e-STJ 193):

No caso em apreço, o PPP de fls. 15/18 atesta que a autora, durante o período de 01.01.1981 a 30.09.2000, laborou na função de auxiliar de serviços médicos e técnica de enfermagem, em contato com portadores de doenças infecciosas tais como meningite, tuberculose, pneumonias, infecções intestinais, HIV, hepatite B, executando ainda desinfecção, curativos e aplicações de injeção, atividade esta enquadrada como insalubre conforme item 1.3.2 do anexo do Decreto 53.831/64 e item 1.3.2 do anexo I do Decreto 83.080/79.

Assim, considerando que há comprovação de que a parte autora laborou sob condições insalubres como auxiliar de serviços médicos e técnica de enfermagem do Instituto Estadual de Saúde Pública - IESP, no período de 01.01.1981 a 30.09.2000, na condição de ex-celetista, impõe-se manter a sentença que reconheceu o seu direito de obter certidão de tempo de serviço em relação ao referido período e com as devidas conversões, a ser expedida pelo INSS.

Dessa forma, verifica-se no acórdão recorrido que o Tribunal de origem decidiu a questão ora ventilada com base na realidade que delineou à luz do suporte fático-probatório constante nos autos, cuja revisão é inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

Por outro lado, a autora ajuizou ação ordinária, objetivando a conversão do tempo de serviço especial para comum, do período trabalhado como técnica em enfermagem em condições especiais, de 01/01/1981 a 30/09/2000, no regime celetista

(e-STJ fl. 4). A sentença julgou procedente o pedido, sendo confirmada pelo acórdão ora recorrido.

Ocorre que a jurisprudência iterativa desta Corte, em julgados recentes deste Superior Tribunal de Justiça, entende que não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, para fins de contagem recíproca de tempo de serviço, por expressa vedação legal (arts. 4º, I, da Lei n. 6.226/1975 e 96, I, da Lei n. 8.213/1991).

A propósito:

PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO - TEMPO DE SERVIÇO - CONTAGEM RECÍPROCA - ATIVIDADE INSALUBRE PRESTADA NA INICIATIVA PRIVADA - CONTAGEM ESPECIAL PARA FINS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA ACOLHIDOS.

1. O REsp n. 534.638/PR, relatado pelo Excelentíssimo Ministro Félix Fischer, indicado como paradigma pela Autarquia Previdenciária, espelha a jurisprudência sedimentada desta Corte no sentido de que, objetivando a contagem recíproca de tempo de serviço, vale dizer, a soma do tempo de serviço de atividade privada (urbana ou rural) ao serviço público, não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, ante a expressa proibição legal (artigo 4º, I, da Lei n. 6.226/75 e o artigo 96, I, da Lei n. 8.213/91). Precedentes.

2. Embargos de divergência acolhidos para dar-se provimento ao recurso especial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, reformando-se o acórdão recorrido para denegar-se a segurança.

(EResp 524.267/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/02/2014, DJe 24/03/2014)

Nesse mesmo sentido:

PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME PRÓPRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. NÃO PREENCHIDOS OS REQUISITOS LEGAIS. CONTAGEM RECÍPROCA. CONVERSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. INADMISSÃO.

1. Cinge-se a controvérsia à análise da possibilidade de se reconhecer a especialidade da atividade, no período em que a servidora pública trabalhou sob a égide do regime celetista, para fins de expedição da certidão por tempo de serviço e contagem recíproca.

2. A jurisprudência do STJ, por meio do julgamento do EREsp 524.267/PB, Rel. Min. Jorge Mussi, Terceira Seção, DJe 24.3.2014, sedimentou o entendimento de que, objetivando a contagem recíproca de tempo de serviço, não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, em razão da expressa vedação legal (arts. 4º, I, da Lei 6.226/1975 e 96, I, da Lei 8.213/1991). Precedentes: AgRg no REsp 967.150/RS, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 11.9.2015; REsp 925.359/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 6.4.2009; REsp 448.302/PR, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJe 10.3.2003. Incide, na hipótese, a Súmula 83/STJ.

3. Nego provimento ao Agravo Regimental. (AgRg no REsp 1558663/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 05/02/2016)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTAGEM RECÍPROCA. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO. AVERBAÇÃO PERANTE O REGIME PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO LEGAL. ARTIGO 96, I, DA LEI 8.213/1991. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Conforme orientação consolidada no julgamento do EREsp 524.267/PB, não se admite, por expressa proibição legal (artigo 96, I, da Lei 8.213/1991), a conversão de tempo especial em comum, para fins contagem recíproca. Precedentes.

2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1555436/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 29/02/2016).

Ante o exposto, com base no art. 253, II, parágrafo único, "b" e "c", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de não computar o tempo de serviço especial para efeito de contagem recíproca.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator